

**O PAPEL DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR: inclusão de crianças com
Transtorno do Espectro Autista**

**THE ROLE OF SCHOOL SUPPORT PROFESSIONAL: inclusion of children
with Autism Spectrum Disorder**

**Marina Gabriela Reis¹, Taynara Cristina Lara², Samantha Guimarães de Castro³,
João Paulo Demétrio de Arantes⁴**

¹Centro Universitário do Sul de Minas – Grupo Unis – FATEPS, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail: marina.reis@alunos.unis.edu.br, <https://orcid.org/0009-0000-9970-0426>

²Centro Universitário do Sul de Minas – Grupo Unis – FATEPS, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail: taynara.lara@alunos.unis.edu.br,
<https://orcid.org/0009-0009-8794-2183>

³Centro Universitário do Sul de Minas – Grupo Unis – FATEPS, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail: samantha.castro@professor.unis.edu.br,
<https://orcid.org/0009-0006-8847-4084>

⁴Centro Universitário do Sul de Minas – Grupo Unis – FATEPS, Três Pontas, Minas Gerais, E-mail: joao.arantes@professor.unis.edu.br,
<https://orcid.org/0009-0007-4756-0995>

RESUMO

O presente artigo descreve e analisa o impacto do profissional de apoio à educação para a garantia de uma Educação Inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tal abordagem, revisão bibliográfica de modelo qualitativo, se faz necessária devido à relevância do profissional de apoio educacional para o desenvolvimento íntegro e educação humanizada de alunos com necessidades educacionais específicas, visando, também, a importância desse trabalhador para a comunidade escolar. O artigo tem como objetivo levantar as dificuldades encontradas por alunos TEA no processo de ensino e aprendizagem e analisar o impacto do profissional de apoio escolar no processo de inclusão social e escolar desse aluno. Através de revisão bibliográfica, analisa a regulamentação sobre as funções desse trabalhador no ambiente escolar, textos, artigos científicos e livros que abordam a educação inclusiva e as necessidades educacionais específicas de alunos com o TEA.

Palavras-chave: Profissionais de Apoio, TEA, Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios para a Educação Inclusiva equitativa e acessível no Brasil, é a adaptabilidade do ambiente escolar para inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas. Dentro desse contexto, o acompanhamento do profissional de apoio educacional, para o aluno com Transtorno do Espectro Austista (TEA), é de suma importância para a garantia de inclusão no processo de ensino e aprendizagem dentro do ambiente escolar. Essa abordagem se faz necessária devido à relevância do profissional de apoio educacional para o desenvolvimento integral e educação humanizada de alunos com necessidades educacionais específicas, visando, também, a importância desse trabalhador para a comunidade escolar.

O profissional de apoio educacional – garantido através do art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) – deve ser capacitado para a alimentação, higiene, desenvolvimento pedagógico e integração no ambiente escolar para o aluno com necessidades especiais matriculados em escolas regulares assegurado pela lei 12.796/13. (BRASIL, 2013)

Esse trabalho, intenta levantar e identificar as dificuldades enfrentadas por alunos com TEA no processo de ensino e aprendizagem e analisar o impacto da atuação do profissional de apoio escolar na inclusão social e escolar desses estudantes.

Para abordar a importância do profissional de apoio educacional no processo de inclusão social e escolar do aluno com TEA, propõe-se a realização de uma pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, analisando a regulamentação vigente sobre as funções desse profissional, bem como estudos, artigos científicos e obras acadêmicas que tratam da educação inclusiva e das necessidades específicas dos alunos com TEA.

Os principais referenciais utilizados para pesquisa são autores como Maria Teresa Mantoan, que aborda os princípios da educação inclusiva no Brasil, e o Dr. José Salomão Schwartzman, especialista em neurologia infantil e autoridade no tema de transtornos do desenvolvimento.

2 FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Inclusiva, segundo Mantoan (2015), representa uma transformação no modo como a sociedade compreende o processo educacional, focando na garantia do direito de todos à aprendizagem e à participação, especialmente daqueles que

historicamente foram marginalizados no contexto escolar. O conceito de inclusão escolar, segundo a autora, está intrinsecamente ligado à ideia de equidade e justiça social, superando o modelo integrador que, por muito tempo, prevaleceu nas instituições de ensino. Diferente da integração, que pressupunha a adaptação do aluno à escola, a inclusão propõe a reorganização do ambiente escolar para acolher a diversidade humana em todas as suas dimensões.

Historicamente, a educação especial passou por diferentes concepções, desde a exclusão, passando pela institucionalização, integração e, finalmente, pela inclusão, que surge com maior força quando impulsionado por movimentos como a Declaração de Salamanca, UNESCO (1994), que estabelece que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Para Aranha (2001), os princípios da educação inclusiva estão baseados na equidade, na acessibilidade e no respeito às diferenças. Esses pilares orientam as ações pedagógicas e institucionais que buscam garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, especialmente daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse contexto, Aranha defende que a equidade não significa tratar todos da mesma forma, mas oferecer recursos e estratégias diferenciadas para assegurar as mesmas oportunidades de desenvolvimento.

A Legislação é clara, quando garante que a acessibilidade, por sua vez, não se restringe às barreiras arquitetônicas, mas abrange aspectos pedagógicos, comunicacionais, atitudinais e tecnológicos, fundamentais para uma educação efetivamente inclusiva, como previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Brasil (2008). A mesma política descreve que o respeito às diferenças valoriza a pluralidade humana como riqueza para o processo educativo, reconhecendo que cada sujeito aprende de forma única e possui direitos inalienáveis à educação de qualidade.

No Brasil, diversos documentos legais e normativos sustentam a política de inclusão nas escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (BRASIL, 1996) em seu artigo 58, reconhece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como parte integrante do processo de escolarização. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reforça o compromisso do Estado com a escolarização de todos os alunos, preferencialmente na rede regular de

ensino. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2017) também ressalta a necessidade de garantir aprendizagens essenciais a todos, considerando as singularidades dos estudantes e propondo uma formação integral.

Portanto, a educação inclusiva não se limita a um modelo de atendimento, mas se constitui como uma perspectiva que exige o comprometimento de toda a comunidade escolar na construção de um ambiente educacional democrático, participativo e acolhedor. Promover a inclusão é reconhecer que a diversidade não é um problema a ser resolvido, mas uma realidade a ser respeitada e valorizada.

3 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação assegura o direito à educação e à inclusão em escolas regulares, com a oferta de recursos e profissionais de apoio necessários. O artigo 2º da lei define que o autista é considerado pessoa com deficiência, garantindo-lhe o direito ao atendimento educacional especializado, ao acompanhante especializado e à adaptação curricular conforme suas necessidades específicas (BRASIL, 2012). Dessa forma, a legislação brasileira estabelece o compromisso com a promoção da equidade e da inclusão efetiva de estudantes com TEA no sistema educacional.

De acordo com a APA, 2014, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits na comunicação e na interação social, além de padrões restritivos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. O DSM-5 - APA (2014) relata que as manifestações do TEA podem variar significativamente entre os indivíduos, tanto na intensidade quanto na forma como se apresentam. Em geral, pessoas com TEA podem apresentar dificuldades na linguagem verbal e não verbal, resistência a mudanças na rotina, hipersensibilidade sensorial e comportamentos repetitivos. A identificação precoce e o suporte adequado são fundamentais para o desenvolvimento dessas crianças e sua inclusão no ambiente escolar.

A comunicação de crianças com TEA, para Schwartzman (2011), pode apresentar prejuízos significativos, que abrangem desde a ausência total da linguagem oral até dificuldades sutis na compreensão e uso da linguagem social. Além disso, há

limitações na capacidade de iniciar e manter interações sociais, o que impacta diretamente na construção de vínculos com colegas e professores. No ambiente escolar, essas dificuldades podem ser interpretadas erroneamente como desinteresse ou indisciplina, quando, na realidade, decorrem de limitações próprias do transtorno. Por isso, a compreensão das especificidades do TEA pela comunidade escolar é essencial para garantir estratégias de ensino eficazes e acolhedoras.

A APA (2014), no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), propõe a classificação do TEA de acordo com três níveis de suporte necessários: nível 1 (suporte leve), nível 2 (suporte substancial) e nível 3 (suporte muito substancial). Essa categorização não representa um grau de gravidade, mas a intensidade de apoio que o indivíduo necessita para participar das atividades cotidianas, incluindo a escolarização.

O nível 1 refere-se a indivíduos que necessitam de suporte leve, geralmente com prejuízos nas habilidades sociais e comunicação, mas que conseguem manter certo grau de independência com apoio direcionado. Esses alunos, se bem acolhidos e acompanhados por profissionais capacitados, podem se desenvolver com relativa autonomia no ambiente escolar (APA, 2014). Já o nível 2 envolve suporte substancial e representa alunos com dificuldades mais marcantes na socialização e flexibilidade comportamental, exigindo intervenções mais consistentes e adaptações pedagógicas frequentes.

Por fim, o nível 3 é destinado aos alunos que requerem suporte muito substancial, com limitações severas na comunicação e no comportamento. Essas crianças podem apresentar grande dificuldade de adaptação ao ambiente escolar convencional e necessitam de acompanhamento constante, inclusive com mediação de profissionais especializados. A presença do profissional de apoio escolar torna-se indispensável nesses casos, tanto para garantir a segurança quanto para possibilitar a participação nas atividades escolares de forma digna e inclusiva (SCHWARTZMAN, 2011).

Para Schwartzman (2011), em termos comportamentais, o TEA se manifesta por meio de ações repetitivas, como balançar o corpo, organizar objetos em padrões ou repetir falas de forma automática (ecolalia). Além disso, muitas crianças apresentam hiperfoco em temas específicos e hipersensibilidade a sons, luzes ou texturas. Essas características, quando não compreendidas e respeitadas no ambiente escolar, podem gerar estresse e comprometer o aprendizado da criança. A promoção de práticas

pedagógicas adaptadas e uma abordagem humanizada e individualizada são essenciais para a inclusão e o sucesso escolar desses estudantes

Entre os principais desafios enfrentados por alunos com TEA na escola, destaca-se a dificuldade em compreender regras sociais implícitas, como esperar a vez de falar ou respeitar o espaço do outro. Dificuldades como essas podem gerar conflitos com colegas e prejuízos nas relações interpessoais, afetando a autoestima e a motivação para aprender. Outro desafio frequente é a sobrecarga sensorial, já que muitas escolas não estão preparadas para acolher as especificidades sensoriais desses alunos, como o excesso de ruído, luzes fortes ou ambientes muito movimentados (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2019).

3.1 O profissional de apoio educacional na escola regular

Uma Escola Inclusiva efetiva, para Aranha (2004), garante um processo de ensino e aprendizagem significativo através do reconhecimento, respeito e valorização da diversidade. Dessa forma, o ambiente escolar deve proporcionar políticas de adaptabilidade que busquem favorecer cada aluno independente de raça, gênero, deficiência ou quaisquer outras situações. Assim, a existência de uma educação humanitária com qualidade pedagógica, depende da habilidade do ambiente escolar em fornecer ferramentas e métodos que incluam, de forma equitativa, as peculiaridades de cada discente.

A presença do profissional de apoio à educação, na escola regular, segundo Prado e Vitaliano (2017), é essencial para a inclusão efetiva de crianças com necessidades educacionais específicas. Entretanto, graças às lacunas presentes no âmbito acadêmico, dúvidas sobre o profissional de apoio ainda persistem, principalmente no que se refere à distinção entre suas funções e a de outros agentes que atuam com o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Dentro da legislação brasileira, é comum que haja confusão a respeito dos termos que se referem ao AEE, cuidador e profissional de apoio à educação, uma vez que a própria legislação apresenta tais terminologias como sinônimos ou, muitas vezes, não especifica quais atribuições se dá a cada um desses trabalhadores. Porém, no âmbito de pesquisas, é costume que se defina o professor de apoio ou profissional do AEE como docente formado em Educação Especial, ou especialista em área correlata, cuja responsabilidade é desenvolver estratégias pedagógicas que promovam o acesso, a

permanência e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas. O cuidador, por sua vez, é colocado em aspecto assistencialista, sem apoio ou comprometimento com o processo de ensino aprendizagem, responsável exclusivamente pela alimentação, locomoção e higiene de alunos com deficiência. Já o profissional de apoio à educação, ou profissional de apoio escolar, foco do presente trabalho, é definido como aquele que se dedica ao suporte, principalmente de alunos com necessidades educacionais específicas, que abrangem desde necessidades básicas do aluno até a organização da rotina educacional e auxílio em atividades escolares. (LOPES; MENDES, 2023)

No Brasil, embora não haja exigência de formação específica, o profissional de apoio à educação deve assegurar condições para que o estudante participe das atividades escolares, promovendo sua autonomia e respeitando suas necessidades específicas, sem, contudo, substituir o professor ou assumir funções docentes. (BRASIL, 2010). No exercício de suas funções, o profissional de apoio educacional atua como mediador entre o aluno e o ambiente escolar, oferecendo suporte individualizado ou coletivo que possibilita maior autonomia e segurança na participação das atividades.

Através da cronologia, da legislação e da literatura, ainda que limitada, da área, a definição dos limites da atuação do profissional de apoio se torna mais clara, definindo esse trabalhador como um facilitador e mediador do processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, embora seu papel no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas seja de extrema relevância, é essencial destacar que a presença de um profissional de apoio à educação não substitui o professor regente, apenas auxilia o processo de garantia de uma educação de qualidade para todos. A atuação desse profissional requer preparo e sensibilidade para atender às diversas demandas dos alunos, uma vez que a realidade educacional brasileira, apesar dos avanços, permanece em viés de segregação e rotulação. (PRADO; VITALIANO 2017)

Segundo Lopes e Mendes (2023), é possível notar que a contratação e atuação de profissionais de apoio à educação ocorre de forma padronizada, muitas vezes por contratos temporários ou terceirizações. Dessa maneira, é comum que haja equívocos e conflitos entre a comunidade escolar, uma vez que esses trabalhadores não recebem capacitação específica sobre inclusão, acessibilidade, desenvolvimento infantil ou transtornos do neurodesenvolvimento, o que prejudica a qualidade do suporte oferecido e, conseqüentemente, a efetivação da inclusão.

Conforme destacam autores como Mantoan (2015) e Aranha (2001), a educação inclusiva exige um compromisso coletivo da escola, bem como investimentos em políticas públicas que garantam uma formação sólida, reflexiva e ética aos profissionais que atuam diretamente com estudantes com deficiência. Sem esse suporte formativo, o profissional de apoio pode se sentir inseguro, despreparado ou responsabilizado por ações que não lhe competem, comprometendo seu desempenho. Assim, valorizar sua formação constitui passo imprescindível para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Diversos estudos indicam que a atuação qualificada do profissional de apoio educacional favorece o engajamento do aluno nas atividades pedagógicas, melhora a interação com colegas e professores, reduz episódios de estresse e ansiedade, além de promover avanços importantes nas áreas de linguagem, comportamento e socialização. (SCHWARTZMAN, 2011; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2019).

Dessa forma, a atuação do profissional de apoio educacional deve ser reconhecida como componente indispensável de uma política inclusiva séria e comprometida, que respeite os direitos dos alunos com necessidades educacionais específicas e valorize os profissionais envolvidos na construção de uma escola plural, democrática e acolhedora.

4 MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre o impacto do acompanhamento do profissional de apoio educacional, para o aluno com Transtorno do Espectro Austista (TEA), e sua importância na garantia de inclusão no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. Para tanto, foram utilizados materiais e documentos oficiais, legislação, artigos científicos e publicações acadêmicas relacionadas à temática da educação inclusiva e atuação do profissional de apoio à educação. Ainda que existam brechas na literatura, o material pesquisado foi categórico para a construção de um referencial teórico sólido, o que permitiu uma abordagem ampla dos impactos observados dentro do ambiente escolar.

Esse trabalho segue os princípios de uma abordagem qualitativa, com leitura crítica e interpretativa dos textos, livros e artigos selecionados, buscando identificar as atribuições, funções, limitações, desafios formativos e impactos da atuação do profissional de apoio à educação no contexto de inclusão escolar equitativa e

humanitária de alunos com Transtorno do Espectro Autista. O viés qualitativo abordado permite compreender, de forma abrangente, a complexidade e nuances do tema, considerando os aspectos pedagógicos, sociais e legais.

Dessa forma, este estudo buscou fundamentar teoricamente a importância e os desafios da atuação do profissional de apoio educacional na escola regular, contribuindo para a reflexão e aprimoramento das práticas inclusivas voltadas a crianças com TEA.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apesar de os profissionais de apoio à educação já estarem inseridos em salas de aula nas escolas regulares, o Brasil ainda não possui legislação específica que regulamente sua formação. Como apontam Lopes e Mendes (2023), essa ausência de padronização gera dúvidas sobre responsabilidades, funções e exigências, ocasionando equívocos que podem prejudicar não apenas a educação inclusiva e a socialização de alunos com necessidades educacionais específicas, mas também o funcionamento da escola como um todo.

A análise de textos acadêmicos, livros, artigos científicos e documentos legais revela inconsistências na nomenclatura utilizada para se referir a esses profissionais. Embora o termo mais frequente seja “profissional de apoio à educação”, muitas publicações não diferenciam claramente entre cuidadores, professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e profissionais de apoio, dificultando a definição de funções e compromissos. Essa confusão repercute diretamente no auxílio prestado aos alunos com necessidades específicas, comprometendo o alcance do seu potencial pleno, conforme ressaltado por Aranha (2001) ao discutir os requisitos de uma escola verdadeiramente inclusiva.

O profissional de apoio à educação desempenha papel essencial no desenvolvimento integral de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), contribuindo para a adaptação, socialização e participação nas atividades escolares. Entretanto, nas escolas brasileiras, esse profissional nem sempre é valorizado ou reconhecido, o que marginaliza a função mesmo dentro do ambiente escolar. Prado e Vitaliano (2017) destacam que, apesar de sua presença constante, esses profissionais muitas vezes não encontram espaço adequado para atuação, em parte devido ao desconhecimento das famílias e da comunidade escolar sobre suas atribuições.

Crianças com TEA enfrentam diversos desafios no ambiente escolar, que vão desde dificuldades na comunicação até limitações na compreensão da linguagem social, o que pode prejudicar a interação com colegas e professores (SCHWARTZMAN, 2011). Nesse contexto, o profissional de apoio atua como mediador, auxiliando o processo de ensino e aprendizagem de maneira significativa para seu desenvolvimento integral.

Os dados analisados reforçam que a presença de profissionais de apoio qualificados é fundamental para a implementação de uma escola inclusiva e equitativa. Mais do que uma exigência legal, sua atuação representa um compromisso ético com o direito constitucional de todos à educação de qualidade, especialmente daqueles estudantes que historicamente enfrentam exclusão do processo educativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular é um direito garantido por legislações brasileiras, representando um avanço nas políticas educacionais voltadas à equidade e à justiça social. No entanto, sua efetivação exige mais do que a simples garantia de acesso físico ao ambiente escolar: demanda práticas pedagógicas inclusivas, formação continuada dos profissionais da educação e, sobretudo, a atuação qualificada do profissional de apoio educacional.

A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que o profissional de apoio educacional desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, contribuindo para a mediação das relações sociais, o desenvolvimento da autonomia, a participação ativa nas atividades escolares e a superação de barreiras pedagógicas, comportamentais e sensoriais enfrentadas pelos alunos com TEA. Esse profissional atua como mediador entre o estudante e o ambiente escolar, garantindo que as necessidades educacionais específicas sejam respeitadas e promovendo um processo de ensino e aprendizagem mais efetivo e humanizado.

Entretanto, ainda são evidentes os desafios relacionados à formação precária, à ausência de regulamentação clara em algumas redes de ensino e à desvalorização desse profissional, fatores que podem comprometer a qualidade da inclusão escolar. Para que a atuação do profissional de apoio educacional seja plenamente efetiva, é necessário investir em políticas públicas que assegurem sua formação específica, contratação adequada, capacitação contínua e reconhecimento no contexto escolar.

Conclui-se, portanto, que a valorização e qualificação do profissional de apoio educacional são elementos indispensáveis para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, que respeite as diferenças e promova o direito de todos à educação com dignidade, equidade e qualidade.

ABSTRACT

The following article describes and analyzes the impact of professional educational support to ensure inclusive education for students with Autism Spectrum Disorder (ASD). This approach, bibliographic review with a qualitative model, is necessary due to the importance of professional educational support for the integral development and humanized education of students with specific educational needs, including the importance of these professionals to the school community. This article has the objective to identify the difficulties faced by ASD students in the teaching and learning process and analyze the impact of school support professionals on these students' social and educational inclusion. Through a literature review, it analyzes the regulations governing the functions of these professionals in the school environment, texts, scientific researches, and books that address inclusive education and the specific educational needs of students with ASD.

Keywords: *Educational Support, ASD, Inclusive Education.*

Agradecimentos

Expressamos nossa imensa gratidão a professora Samantha Guimarães de Castro por nos apoiar durante todos esses anos nessa caminhada de formação docente e ser uma guia na construção deste trabalho.

Agradecemos nossos pais pelos anos de incentivo, pelo auxílio nessa caminhada e pelo apoio incondicional em nossa jornada universitária.

Estendemos nosso agradecimento a Deus, pois sem ele nada disso, nenhuma de nossas conquistas seria possível.

Agradeço meu namorado Marco Antônio por ser meu fiel companheiro durante todos esses anos, ser meu incentivo diário e por suportar todos choros e surtos durante esses anos.

Agradeço, aos meus parceiros de surto, Bruno Vitor Silva e Fabiana Vitor Dias, Henrique Vitor Castro, por me acalmarem todas as vezes que pensei em desistir e por garantir que o caos não me consumisse nesses últimos anos.

Agradecemos à nossa amiga Ana Laura Freitas de Sá, por todas as caronas, surtos, fofoca e paciência em meio ao caos e companheirismo durante esses anos.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5.** ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: um paradigma em construção.** São Paulo: Cortez, 2001.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Programa Educação inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 249, p. 2, 28 dez. 2012.
- BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Brasília, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm Acesso em: 09 nov. 2025
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica nº 24, de 21 de março de 2013: Orientações aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012.** Brasília, 2013. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13287-nt24-sistem-lei12764-2012>. Acesso em: 12 jul. 2025
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica SEESP/GAB nº 19, de 8 de setembro de 2010: Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino.** Brasília, 2010. Disponível em: <https://lappeei.fae.ufmg.br/nota-tecnica-no-19-de-08-de-setembro-de-2010/>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.

LOPES, Mariana Moraes; MENDES, Enicéia Gonçalves.(2023). **Profissionais de apoio à inclusão escolar**: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?. Revista Brasileira De Educação, 28, e280081. r Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280081>. Acesso em:18 julho 2025

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2015.

OLIVEIRA, Paulo César de; TEIXEIRA, Maria Inês Assumpção Fernandes. **Transtorno do espectro do autismo**: contribuições para o trabalho escolar. Campinas: Alínea, 2019.

PRADO, Danielle Nunes Martins do; VITALIANO, Célia Regina. ANÁLISES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS REFERENTES AO PROFESSOR DE APOIO EM CLASSES INCLUSIVAS. **Revista Teias**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 49, p. 300-314, abr. 2017 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052017000200300&lng=pt&nrm=iso. acessos em 28 jun. 2025. Epub 25-Ago-2021.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Transtornos do desenvolvimento**: uma introdução. São Paulo: Memnon, 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 26 maio 2025.